

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD – GESTÃO 2016 – 2018

1
2 Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, realizou-se no
3 Auditório Hélio Moreira, a segunda reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos
4 da Pessoa com Deficiência – CMDPD gestão biênio 2016-2018, que apresenta a seguinte
5 pauta: **1.** Aprovação da pauta da 2ª Reunião Ordinária. **2.** Deliberação da ata da 2ª
6 Reunião Extraordinária Gestão 2014-2016 e da 1ª Reunião Ordinária da Gestão 2016 -
7 2018. **3.** Relato de Comissões; **4.** Informes Gerais. A Presidente do Conselho Municipal
8 da Pessoa com Deficiência Mileni Emanuela Nunes Friedrich, iniciou a reunião ordinária
9 agradecendo presença dos conselheiros e assessoria técnica e após procedeu a
10 deliberação da pauta, aprovada com duas inclusões **item 1:** (a) Apresentação sobre
11 mudanças previdenciárias pela Sra. Isabel, assistente social do INSS e apresentação do
12 Projeto de Acompanhamento de Idosos. Em sua apresentação, Isabel relata sobre as
13 mudanças previdenciárias por parte do Governo Federal diante do atual cenário político e
14 econômico do país, mencionou o decreto federal nº 8.805, de 7 de julho de 2016 que faz
15 alterações no regulamento do Benefício de Prestação Continuada - BPC e também
16 solicitou o apoio dos Conselheiros ao Manifesto em Defesa do Modelo Médico-Social da
17 avaliação social compondo a avaliação de deficiência e reconhecimento de direitos da
18 previdência social e da assistência social BPC/LOAS e LC/142, seu objetivo é de
19 conscientizar a fim de que as pessoas se mobilizem frente a possíveis retrocessos na
20 legislação previdenciária e direitos conquistados pelo trabalhador e pessoa com
21 deficiência. (b) A fazer uso da palavra, a Sra. Carol Diretora do Instituto Longevidade
22 apresentou o projeto PAI – Programa de Acompanhantes de Idosos e convidou os
23 conselheiros para participarem da palestra do Dr. Sérgio, geriatra e gestor do projeto no
24 município de São Paulo, ressaltou que o acesso à palestra será gratuito. Após as
25 apresentações, seguiu-se a leitura e deliberação (**item 2**) da Ata da 2ª Reunião
26 Extraordinária Gestão 2014-2016 e da 1ª Reunião Ordinária da Gestão 2016 -2018,
27 ambas aprovadas por unanimidade. **3.** Relato das comissões: **Comissão de Políticas**
28 **Públicas e Acessibilidade**, reunião realizada no dia 27 de julho de 2016: 1. A comissão
29 recebeu os representantes da Diretoria de Fiscalização da Secretaria de Gestão: Rubens
30 Marin Neto (Gerente de fiscalização), Marco Antônio Lopes de Azevedo (Diretor de
31 fiscalização) e Marina Cappellazzo Miguel (engenheira) para apresentação dos itens que
32 vão compor o check list da fiscalização. Esses itens essenciais são para desenvolver uma
33 normativa do município de Maringá e foi solicitado a contribuição do Conselho até o dia
34 04/08/2016. 2. Relato da audiência na 14ª Promotoria de Justiça sobre a construção do
35 novo Terminal Urbano de Maringá – A Promotora esclareceu que segundo informações
36 da SETRAN – Secretaria de Trânsito, está previsto a construção do novo terminal urbano
37 em Maringá, no mesmo local onde o atual está localizado, com projeto que prevê a
38 completa adequação do local às normas de acessibilidade; que já foi feita a licitação de
39 obras, as quais começarão em dois meses; que a expectativa da obra é para daqui 1 ano
40 e meio; que os pontos estão sendo realocados e serão deslocados para as proximidades
41 do atual terminal enquanto a reforma não for concluída. Durante a reforma a intenção é
42 reimplantar o terminal temporariamente no pátio do antigo terminal. A promotora destacou
43 que é necessário o Conselho requerer informações e auxiliar na comunicação das
44 mudanças. **Parecer da Comissão:** Convidar representante da SETRANS para a próxima
45 reunião da Comissão para apresentação do plano de atendimento durante a obra.
46 Solicitar o projeto do novo Terminal Urbano e convidar representante da Secretaria de
47 Obras Públicas – SEMOP para apresentar ao Conselho. Aprovado por unanimidade. 3.
48 Passe Livre Interestadual – Foi discutido na comissão que o decreto federal nº 3691 de
49 2000 prevê que as empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual
50 de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço
51 convencional. Ocorre que atualmente as empresas estão substituindo os ônibus
52 convencionais pelos executivos, limitando os dias e horários para os beneficiários do
53 passe livre. **Parecer da Comissão:** Encaminhar solicitação ao CONADE – Conselho
54 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ao Ministério dos Transportes e
55 Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Convidar reunião com

56 representantes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI para acionar o
57 Ministério Público Federal por meio de Ação Civil Pública. Aprovado por unanimidade. 4.
58 Norma Regulamentadora nº 20001 de 15/06/2016 referente a Calçadas - Desenho,
59 Acessibilidade e Mobilidade. Nessa norma, a faixa de acesso, quando existente, é a área
60 da calçada destinada a servir de apoio à implantação da edificação, possuindo largura fixa
61 de 0,70 m (setenta centímetros) e poderá eventualmente conter rampas destinadas ao
62 acesso de veículos e pedestres à edificação, a fim de possibilitar ajustes nos desníveis
63 existentes entre a calçada e o terreno. A comissão entende que ficou aberta a
64 possibilidade de rampas e que não é garantido que a inclinação será dentro do padrão de
65 até 8,33%, podendo ser um risco para os pedestres. **Parecer da Comissão:** Reivindicar
66 que a norma seja alterada, sendo estabelecido o critério de que poderá conter rampas
67 apenas nos imóveis consolidados em bairros antigos e que tenha uma declividade muito
68 acentuada, mas não permitir em região central e nem comercial. Aprovado por
69 unanimidade. 5. Ofício nº 486/2016 da 14ª Promotoria de Justiça, informando acerca das
70 providências adotadas: Em relação ao ofício nº 27/2016 enviado pelo CMDPD referente a
71 obstáculos colocados por comerciantes e irregularidades nos passeios públicos, oficiou-se
72 a Diretoria de Fiscalização para que tomasse providências a fim de atender as
73 solicitações; sobre o cartão do Passe Livre do Município, alegou que o sistema foi
74 implantado recentemente e está funcionando adequadamente, sendo que a apresentação
75 de documento pessoal não tem acarretado problemas, atraso no embarque ou
76 reclamações naquele órgão. **4. Informe gerais:** 1. A Comissão de Políticas Públicas e
77 Acessibilidade manterá a agenda de reuniões na última quarta-feira de cada mês às 14
78 horas na SASC. 2. Ofício nº 09/2016 da Pontifícia Universidade Católica - PUC em
79 resposta ao ofício nº 03/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
80 Deficiência – CMDPD, sobre a discussão I Encontro Temático Municipal dos Direitos da
81 Pessoa com Deficiência para a seleção, o ingresso, a permanência da pessoa com
82 deficiência e a terminalidade dos estudos nas instituições de ensino superior de Maringá.
83 3. Ofício nº 23/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
84 COEDE em resposta ao ofício nº 10/2016 do I Encontro Temático Municipal dos Direitos
85 da Pessoa com Deficiência sobre a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa
86 com Deficiência. 4. Ofício nº 428/2016 da Secretaria de Esportes e Lazer comunicando o
87 descumprimento da Cláusula Quarta do Termo de Autorização de uso no campo de
88 futebol suíço do Centro Esportivo Oswaldo Ferreira Lima. Nada mais havendo a tratar, eu
89 André Luís de Sena dos Santos, secretário, encerro a presente ata com os principais
90 assuntos abordados, para ser, posteriormente, após lida e aprovada, assinada por mim,
91 pela assessora técnica e pela presidente, constando a lista de presença em anexo.

92
93
94
95
96
97
98
99
100

Viviane Regina Franco Soares
Secretária Executiva do Conselho

André Luís de Sena dos Santos
Secretário do Conselho

Mileni Emanuela Nunes Friedrich
Presidente do Conselho